

Empresas

Governança Grupo de trabalho será montado ainda neste mês e terá dois anos para concluir o projeto

IBRI vai lançar guia de RI para estatais

Marcelle Gutierrez
De São Paulo

O Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) inicia neste mês um grupo de trabalho voltado para a troca de experiências entre profissionais de relações com investidores (RI). O projeto prevê a publicação de um guia de RI para estatais, o que deve ocorrer no prazo de dois anos.

A criação do grupo é uma decorrência do aumento da importância desta atividade, vista como estratégica dentro das companhias públicas e privadas para a divulgação de informações claras e precisas, o que agrega valor e reduz o custo de capital.

No caso das estatais, o RI ganha ainda maior importância com a necessidade de “prestação de contas à sociedade” após casos de corrupção e interferência política, que resultaram na Lei das Estatais, que entrou em vigor em junho de 2018, e na cria-

ção de uma série de outros processos de governança corporativa e conformidade.

André Vasconcellos, coordenador do grupo de trabalho criado pelo IBRI, explica que a atividade de RI é vista como estratégica para os negócios e também importante no contexto atual, no qual “há um clamor social por maior probidade, transparência e eficiência nas estatais”.

Segundo Vasconcellos, o grau de maturidade da atividade hoje é o mais diverso possível, a depender do setor e se a empresa é federal, estadual ou municipal. “O grupo [de trabalho] irá identificar e nivelar com processos”, afirmou o coordenador.

O grupo do IBRI é aberto à participação de qualquer profissional de RI e, além da publicação do guia, visa acompanhar a adequação das companhias à Lei das Estatais, a adesão ao programa de governança de estatais da B3 e o desempenho no Indica-

tor de Governança (IG-Sest), do Ministério do Planejamento. Dentro do seu escopo de atuação, o grupo também deve participar em consultas e audiências públicas de autarquias e órgãos da administração pública direta.

O aumento da confiança e do valor da companhia é um importante benefício neste cenário de vendas de ativos

“A gente não pensa em um grupo isolado, mas em aproximar experiências da iniciativa privada com estatais. Essa troca de experiências que vai fazer evoluir e traduzir em maior confiabilidade”, disse Vasconcellos, que acrescentou: “Queremos trazer para dentro das estatais os paradigmas de controle e gestão.”

O superintendente do IBRI, Luiz Roberto Cardoso, ressaltou

que peculiaridades das estatais, como controle exercido pelo Estado e o uso de recursos públicos, exigem ainda mais a necessidade de divulgação de informações claras.

Cardoso enfatiza que a reformulação dos processos já é vista nas companhias de capital aberto, em função exatamente do ocorrido nos últimos anos (casos de corrupção), com desenvolvimento de boas práticas de governança, compliance e comunicação. “É muito importante o equilíbrio entre as empresas da iniciativa privada, negociadas em bolsa e estatais para que possam administrar muito melhor as informações e evoluir”.

Carlos Augusto Junqueira, sócio do escritório de advocacia Cescon Barriue nas áreas de direito societário, governança corporativa e mercado de capitais, também fará parte do grupo do IBRI e ressaltou que estatais de capital aberto como Eletrobras,

Petrobras e Sabesp possuem atualmente um departamento de relações com investidores bem organizado e desenvolvido.

“Sabesp, Eletrobras e Petrobras são o topo de governança, mas nada impediu que a Petrobras, por exemplo, tivesse problemas na divulgação de informações. O RI é fundamental, transformador, mas é um processo”, disse, ressaltando que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) monitora, solicita esclarecimentos e inicia processos administrativos e/ou sancionadores, caso necessário.

O exemplo mais recente envolvendo a Petrobras foi julgado em dezembro do ano passado, quando o colegiado da CVM multou o ex-diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras Almir Barbassa em R\$ 300 mil por falta de divulgação de fato relevante após o vazamento de informações sobre a implementação da política de

preços da companhia.

Junqueira enfatizou que o departamento de RI não impede o surgimento de problemas, mas com a existência de um processo a questão é encaminhada, o que contribui para aumentar o valor da companhia.

O aumento da confiança e, conseqüentemente, do valor da companhia, é um importante benefício neste cenário atual de vendas de ativos e privatizações, comentou Cláudio Campos, sócio da consultoria EY.

“A medida que as estatais criam departamentos de RI com boa governança, procedimentos e transparência, podem prestar contas à sociedade. Os ativos ficam mais valorizados e, se forem alvo de privatização, terão maior valor”, explicou o consultor. Campos enfatizou que a função do departamento de RI é exatamente prover informações transparentes para quem tem intenção de investir.